

REUNIÃO DA DIRECÇÃO NACIONAL – 28 DE JANEIRO DE 2025

RESOLUÇÃO

Iniciámos o ano de 2025 com o agravamento da situação internacional, onde se acentua o crescimento do discurso belicista, com os Estados Unidos, União Europeia e NATO a falarem no aumento global das despesas militares, numa lógica de ampliação da guerra, à custa da redução nas despesas das funções sociais dos Estados e do aumento dos impostos e contribuições dos trabalhadores.

O novo presidente do EUA, já declarou que vai exigir que os países da NATO reservem 5% do PIB – Produto Interno Bruto, que no caso de Portugal seria cerca de 15 mil milhões de Euros, que agravará ainda mais as dificuldades para os trabalhadores, com menos Serviço Nacional de Saúde, com menos Escola Pública, menos dinheiro para a Segurança Social.

Na defesa dos interesses dos trabalhadores e reformados, impõe-se que as opções do governo de Portugal sejam a de promoção da Paz, de oposição ao financiamento das guerras e de mais investimento nos serviços públicos e nas funções sociais do Estado.

No plano nacional os trabalhadores são confrontados com as políticas do governo de continuação de baixos salários, enquanto transfere rendimentos do trabalho para os grandes grupos económicos, os mesmos que cada vez acumulam mais lucros, milhões de euros vindos do Orçamento do Estado.

São 365 milhões que estes grandes grupos económicos irão beneficiar com a redução do IRC, enquanto os trabalhadores são confrontados com a imposição de salários baixos, do SMN de 870€ insuficiente para garantir uma vida digna, mais de 70 mil famílias a viverem em habitações sem condições condignas, 1,5 milhão de portugueses sem médicos de família, 130 mil crianças sem vagas em creches ou pré-escolar, etc.

No sector dos transportes, comunicações e telecomunicações, os trabalhadores também são confrontados com os efeitos destas opções do governo, como ficou claro com o recente despacho sobre a política salarial para o SEE – Sector Empresarial do Estado, que vem na mesma linha dos anteriores, ou seja, maior achatamento das grelhas salarial, maior aproximação ao SMN, mantendo com isso as orientações de baixos salários.

Nas empresas do sector privado, onde já houve entrega de contrapropostas, verifica-se que o patronato está animado pelas orientações do governo e os valores que apresentam, são baixas, numa lógica de desvalorizar o trabalho e os trabalhadores, aumentando assim a exploração de quem trabalha.

São propostas que ficam muito aquém do aumento dos custos com os produtos de primeira necessidade, que têm crescido muito e continuam altos e dos custos de habitação que tiveram um crescimento enorme e que reduzem o poder de compra dos já baixos salários.

Os salários no sector têm crescido menos que o SMN e as orientações do governo e as contrapropostas patronais, não alteram esta realidade, que leva a uma

Filiados:



Participantes:



desvalorização das profissões, que está a conduzir à dificuldade na contratação de trabalhadores nas diversas empresas do sector.

Mantêm-se actuais os principais referenciais para a negociação colectiva de aumento dos salários em 15% (garantindo-se o mínimo de 150€), de redução dos horários de trabalho para as 35 horas, de combate às diferentes formas de precariedade laboral, com a passagem a efectivo de todos os trabalhadores que ocupem um posto de trabalho permanente. É urgente a aplicação do artigo 498º A do Código do Trabalho, aos trabalhadores das empresas prestadoras de serviços, que obriga que estes tenham salários e direitos iguais aos praticados nas empresas onde desempenham a sua actividade profissional.

A actividade no sector dos transportes, comunicações e telecomunicações, caracteriza-se pelo trabalho por turnos e horários irregulares, em condições anómalas, com impacto na saúde dos trabalhadores, o que torna legítima a reivindicação geral da redução da idade legal de reforma.

O governo anunciou o lançamento de um debate na Concertação Social sobre as profissões de desgaste rápido, mas até agora só apresentou generalidades, o que demonstra que é importante que não se fique na expectativa e que a FECTRANS e seus Sindicatos desenvolvam iniciativas que dêem expressão pública a esta reivindicação nos diversos sectores de actividade.

Perante este quadro e na defesa dos interesses de classe dos trabalhadores do sector, a Direcção Nacional da FECTRANS, decide:

1. Exortar os trabalhadores das empresas do sector dos transportes, comunicações e telecomunicações, a mobilizarem-se em torno dos seus sindicatos, construindo-se assim um amplo movimento reivindicativo pela valorização dos salários, pela redução do horário de trabalho para as 35 horas, pela redução da idade legal de reforma e pelo combate a todas as formas de precariedade existentes no sector.
2. Mobilizar toda a estrutura sindical para as diversas iniciativas dinamizadas pela CGTP-IN, pela valorização do trabalho e dos trabalhadores, pela melhoria da legislação laboral, pela defesa da Segurança Social Pública e Universal, pela melhoria das condições de trabalho.
3. Ampliar os laços de solidariedade entre os sindicatos da FECTRANS, nas iniciativas e acções realizadas por cada um.
4. Realizar no âmbito da Semana pela Igualdade, um encontro sectorial, sobre a situação da Mulher Trabalhadora no sector dos transportes, comunicações e telecomunicações, no dia 10 de Março, na Casa Sindical de Lisboa, apelando a cada um dos sindicatos para reforçar o trabalho de mobilização.
5. Apoiar a dinamização do trabalho da Comissão de Jovens da FECTRANS, envolvendo todos os sindicatos na concretização das acções já decididas, de modo a contribuir para uma grande jornada de luta no dia 28 de Março – Dia Nacional da Juventude, promovendo desta forma uma boa participação de jovens do sector.

Lisboa, 28 de Janeiro de 2025
A Direcção Nacional